



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 73ª  
(SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não há ata da sessão anterior.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h26min.)

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz questão de comparecer a esta sessão de hoje para falar de uma pessoa que talvez seja na política do Distrito Federal um dos mais hipócritas que existe em Brasília.

Eu tenho acompanhado, Deputado Agaciel Maia, as propagandas eleitorais do Sr. Rodrigo Rollemberg. V.Exa. sabe que para nós, os candidatos – por exemplo, eu – que não têm dinheiro, a última alternativa que resta é o mísero cavalete que arrumamos a duras penas para divulgar o nosso nome, para divulgar o nosso número. O cavalete é uma propaganda legal, colocado nos locais onde deve ser colocado, igual ao que eu faço. Portanto, não é correto, Deputado Agaciel Maia, que o Sr. Rodrigo Rollemberg – que já usou a propaganda de cavalete, que já usou faixas, que já usou cartazes, que usou todo tipo de propaganda no tempo em que era candidato proporcional –, como agora é candidato majoritário e tem todo o espaço da mídia, tem um palanque eletrônico permanente – pois as televisões todas dão a agenda dos candidatos, além de aparecer a agenda, todo dia aparece propaganda dos candidatos –, tem o horário eleitoral obrigatório com o tempo que possui, agora se insurge contra o cavalete. Se ele realmente é contra o cavalete, ele teve oportunidade de corrigir isso na época em que estava sendo votada a lei eleitoral. No momento ele era Deputado Federal, no outro momento era Senador da República. Por que não corrigiu? Por que não disse que era contra o cavalete? Agora usa o horário eleitoral para falar mal dos candidatos que têm cavalete? Usa o horário eleitoral para jogar a população contra quem tem onze segundos de televisão, três vezes por semana!

Eu tenho míseros onze segundos; dá para dizer: “Olha, eu sou o Deputado Chico Vigilante”. Hoje eu digo que sou o Deputado Chico Vigilante, no outro programa eu vou dizer o número, porque é esse o tempo de televisão que tenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. ainda tem onze, no meu caso só são cinco segundos, mal dá para falar o nome Agaciel Maia. Então, se não houver um sistema de comunicação... Eu preciso dizer, é muito cômodo quando você tem espaço. A pessoa, quando usou, não reclamou; então, acho que V.Exa. tem razão.

Dentro do processo eleitoral previsto por lei é obrigatório haver na democracia não só a divulgação – as pessoas saberem que você é candidato –, mas também a apresentação dos candidatos, eles citarem o número deles. Isso é uma obrigação do processo democrático, mas esse tipo de crítica sempre vem quando se tem os benefícios e se quer retirá-los de outro, é muito mais fácil.

Acho que o processo democrático é, de qualquer maneira, uma festa da democracia. O processo eleitoral de três meses é uma festa da democracia. É lógico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

que se tem de corrigir os abusos, mas o processo eleitoral não pode ser visto como uma punição, e sim como uma festa da democracia. Ou seria melhor o regime militar, em que não havia cavalete nenhum na rua, mas seu filho ou algum parente sumia e você não sabia para onde ele tinha ido, nunca mais o encontrava? Qual dos dois é o melhor processo?

Portanto, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. tem razão. No mínimo, essa divulgação tem de existir para que a população saiba o que precisa saber. Nós já não temos a TV daqui. Nós não temos nem um sistema de comunicação. Jornal não vai dar espaço a deputado – só se for para coisa ruim, para coisa boa não dá. Se a gente não tiver nem condição de botar um cavalete dizendo: “Olha, o meu número é tal”, como é que a população vai adivinhar quem são os candidatos e em que número vai votar?

Assim, V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero repetir, Presidente Agaciel Maia, que o sujeito é candidato majoritário, é candidato a governador, tem toda a agenda nas televisões. As televisões o divulgam. Todos os dias há entrevista dele, mas ele pega o horário eleitoral legal e se insurge contra outra propaganda que é legal, a propaganda dos cavaletes. Nenhuma pessoa que está colocando cavalete na rua está fazendo isso ao arripio da lei. Está colocando porque a lei autorizou, disse que é legal colocar o cavalete nas ruas.

O Rodrigo Rollemberg, “Roloemberg”, que não tem proposta para o Distrito Federal, está insuflando a população do Distrito Federal contra os cavaletes, que é a única maneira barata que se tem para fazer campanha. Há gente que ainda rouba os cavaletes. Ainda há gente, Deputado Chico Leite, que rouba os cavaletes.

O Deputado Chico Leite, por exemplo, que é promotor de Justiça, que é deputado distrital, está fazendo a campanha dele com cavalete. Para todo canto a que vou no Distrito Federal, vejo pelo menos um cavalete do Deputado Chico Leite, mas agora, o Sr. Rodrigo Rollemberg fica pregando a desobediência, porque o cavalete é uma peça legal, está na lei eleitoral. Ele pega o tempo de televisão dele para dizer que não pode ter cavalete, que os eleitores não podem votar em candidato que coloca cavalete na rua. Isso é uma pouca vergonha. Isso é um desrespeito. Isso é um insulto à democracia!

Acho importante pontuar esse tipo de coisa, porque de hipocrisia a gente já está cheio. Se ele nunca tivesse usado cavalete, se ele nunca tivesse colocado uma faixa, se ele nunca tivesse colocado cartaz, se ele tivesse participado do processo eleitoral com os métodos que são usados em Cuba, tudo bem. Eu vi lá como é a lista de eleitores dentro da cabine eleitoral, e não tem propaganda nenhuma; mas, aqui no Brasil, a propaganda é permitida, e a gente está fazendo estritamente aquilo que determina a lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Há quem esteja se insurgindo contra quem faz propaganda com um mísero cavalete! A gente não tem dinheiro para contratar batalhões de cabos eleitorais para sair por aí importunando as pessoas nas casas. Nós não temos. Eu não tenho. Restou-me colocar meia dúzia de cavaletes! E aí ainda fica o sujeito insuflando a população a não votar em quem tem cavalete.

Quero saber como é que o eleitor vai tomar conhecimento do número da gente, porque o nome não vale, o que vale é o número. Então, como é que se vai tomar conhecimento? Se fosse no tempo da cédula, em que a pessoa escrevia o nome, seria muito fácil para mim porque, graças a Deus, sou das pessoas, modéstia à parte, mais conhecidas do Distrito Federal. A cédula ajudava. Agora o que vale é o número. Não adianta ouvir falar do Chico Leite, da Arlete Sampaio, do Chico Vigilante ou da Celina Leão se não sabe o número. O número é importante. Por isso, é importante buscarmos todos os mecanismos para divulgar o número. Está aí, Deputado Chico Leite, a hipocrisia do Rodrigo Rollemberg, que fica insultando os candidatos que apresentam cavalete ou que fazem propaganda nas ruas. No entanto, ele já fez. Portanto, é mais uma incoerência, é mais uma hipocrisia; ele é mais um daqueles oportunistas. Hoje o processo favorece a ele, porque ele tem a *Globo*, o *SBT*, a *Record* para divulgá-lo três vezes ao dia, nas chamadas agendas dos candidatos, onde o cara aparece três vezes ao dia dando entrevista. Para ele, é fácil. Quero ver no dia em que ele voltar para a planície e for candidato proporcional de novo se ele não vai usar todos os métodos legais que estamos usando hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, convido a nobre Deputada Celina Leão para fazer uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não tenho procuração aqui para fazer a defesa de ninguém, mas acho que é injusto criminalizar um tipo de campanha que foi escolhida democraticamente pelos nossos candidatos majoritários. Até mesmo porque vivemos em uma democracia, isso precisa ser respeitado.

Há candidatos que optaram por fazer suas campanhas apenas pela internet; outros estão fazendo-as de lixo reciclado. Os nossos candidatos majoritários, Rodrigo e Reguffe, optaram por fazer campanha sem cavalete, e isso precisa ser respeitado. Eu sou da coligação do Rodrigo Rollemberg e uso cavaletes. Uso, porque, como o Deputado Chico Vigilante disse bem, as pessoas não votam na Celina, mas no meu número. Ele é um candidato majoritário e pode tomar a decisão de não usar o cavalete.

O que me traz espanto mesmo é candidatos da coligação do Partido dos Trabalhadores, como o irmão do Paulo Tadeu, entupirem esta cidade de cavaletes. Isso, sim, é estranho. É o poder econômico. Há mais cavaletes dele do que dos candidatos a majoritário, mais do que do Agnelo. É uma campanha de milhões de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

reais. Notório. Talvez a do Deputado Chico Vigilante tenha poucos cavaletes, assim como a minha. Isso é tranquilo, é normal, é democrático, mas há campanhas que nos causam vergonha, e isso está acontecendo no Distrito Federal.

A posição do Rodrigo de não colocar cavaletes é pessoal e até econômica, podem ter certeza. Na nossa campanha, realmente, há dificuldade com doação. Então, ele tomou uma posição inclusive em convergência com a população, que acha que as ruas estão cheias e sujas. Há cavaletes pregados em postes, em áreas públicas. Acho que isso é ruim, e a população tem reclamado mesmo. Quem dera a gente tivesse outra forma de fazer campanha. A nossa equipe chegou a pensar em fazê-la com ou sem cavalete e muita gente reclamou do uso dos cavaletes na nossa própria equipe.

Deputada Arlete Sampaio, eu não queria fazer bandeira, mas as pessoas que gostam da Deputada Celina Leão começaram a dizer: "Eu quero uma bandeira. Eu quero uma bandeira." Há momentos em que você fica pressionada pela sua própria militância que quer realmente carregar o seu nome na rua. Esse foi o nosso entendimento.

Eu tenho respeito pelo meu candidato a governador, o Rodrigo Rollemberg. Não acho que ele seja hipócrita. Ele o seria se estivesse pregando honestidade e gastando milhões de reais vendendo um possível governo. Aí ele seria hipócrita, mas quando ele fala: "Não queremos sujar a cidade, pois a população não quer mais isso e eu não irei fazer campanha majoritária com cavalete.", ele tem essa opção democrática, assim como o Reguffe. Eu queria muito ser conhecida no Distrito Federal inteiro para fazer minha campanha sem cavalete. Eu gostaria disso e seria uma economia grande para nós que sabemos o quanto tudo isso é difícil, mas o que me impressiona de verdade é o poder econômico de alguns candidatos que vêm aí. Meu Deus! Outro que eu quero citar aqui é o Secretário de Saúde. Meu Deus! Do lado de todo posto de saúde, existe um cavalete dele. Num posto de saúde do Gama, estava amarrado.

Eu acho que é esse tipo de reflexão que nós temos que fazer. Não é usar dentro da legalidade, como eles têm usado, nem a opção do Rodrigo de não usar. O que tem que ser observado pela população do Distrito Federal é o abuso econômico, que tem acontecido, sim, na cara dura. *Outdoors* do tamanho dessa bancada aqui, Deputado Agaciel Maia, um atrás do outro. São baratinhos o meu e o do Deputado Chico Vigilante, que são pequeninos. Há uns quatro por quatro na rua, de meio em meio metro. Meu Deus! Haja dinheiro para colocá-los na rua.

Então, Sr. Presidente, era essa a reflexão que eu queria fazer aqui da tribuna. Acho que não há necessidade de defesa. Não precisa de defesa. Acho que a própria campanha está na rua. Cada um vai escolher a forma de fazer campanha. Um vai fazer com cavalete; outro, pela internet. O que não dá é querer colocar todo mundo igual, o que não é verdade. Com certeza, se tem uma coisa que o nosso candidato a governador não é, é hipócrita. Hipócrita ele seria se estivesse tentando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

trazer uma mudança, fazer uma campanha honesta, estivesse gastando milhões. Isso, ele não tem feito.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esse debate que foi iniciado há pouco é extremamente interessante, mas ficaremos apenas na periferia se não aprofundarmos a razão pela qual há tanta competição, tanta disputa no processo eleitoral brasileiro. E é aí que entra a importância de uma reforma política neste País. O plebiscito foi feito do dia 2 ao dia 8. No dia 7, ninguém conseguia acessar o *site*, pela quantidade de gente que queria se manifestar, que queria participar. Tanto é que se estendeu até o dia 8 a possibilidade de você fazer, via internet, a sua opção. E a importância de fazer a disputa pelo plebiscito da reforma política é tão grande que ela que vai explicar por que motivo, numa campanha eleitoral, os candidatos se digladiam, até mesmo os candidatos de um mesmo partido e por que é possível, em nosso País, o poder econômico determinar um processo eleitoral. Isso é que temos que pensar: por que é possível? Porque eu vejo, de fato, pessoas de que nunca ouvi falar na minha vida. Não sei que benefício essa pessoa fez pelo nosso Distrito Federal. Entretanto ela tem milhares de cavaletes pelas ruas, compra voto, compra apoio, paga até pessoas para colocarem plásticos nos carros. E não sabemos quem são essas pessoas. Então, tem de tudo em uma campanha eleitoral.

O que eu acho que o Deputado Chico Vigilante criticava aqui, Deputada Celina Leão, justamente é que você pode optar. É democrático que você escolha a maneira pela qual você vai fazer a sua campanha. O que não é correto é você instigar a sociedade a ir contra um procedimento que é legal. Se alguém estivesse fazendo pichações em órgãos públicos, evidentemente que deveria ser condenado e deveria se pedir ao Ministério Público para impugnar essa candidatura. Mas, se o cavalete é legal e se alguém opta por fazer esse tipo de prática, não há por que fazer com que as pessoas sejam estimuladas a se insurgirem contra aqueles que estão usando os cavaletes. Então, eu penso que é uma discussão que temos que aprofundar mesmo.

A reforma política que eu defendo é uma reforma política que, primeiro, assegure o financiamento público de campanha. Todas as campanhas terão mais ou menos o mesmo padrão. Não é possível um candidato usar recursos ilimitados enquanto outros não têm recursos. Isso é absolutamente antidemocrático. O financiamento público baliza, torna mediana todas as campanhas e permite, portanto, ao eleitor escolher o melhor, apesar de a campanha não ser assim tão vistosa como acontece com a de alguns candidatos. Impede que as pessoas possam usar dinheiro para comprar apoio político.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

O outro elemento da reforma política que eu defendo é a votação em listas partidárias, porque é fundamental que os brasileiros aprendam, como aprenderam os europeus, a votar em partidos, a votar em projetos políticos e não a votar apenas em pessoas porque são conhecidas, porque são amigas de um amigo do meu amigo. Isso não é motivo, não é razão política para você fazer uma opção por um candidato.

Então, nós temos que aprofundar esse debate, e o Brasil tem que estar um passo à frente no sentido da construção, do fortalecimento do seu processo democrático. A reforma política é essencial para isso. Aí vamos parar de debater essas questões aqui, porque é claro que me incomoda que o candidato que eu apoio como Deputado Distrital, o Daniel Seidel, não tenha dinheiro para ter milhares de cavaletes e outros tenham. É claro que me incomoda, mas isso é próprio desse processo político, que é canibalístico por excelência.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. falou sobre a questão dos apoios, de a pessoa não votar em um amigo e votar, sim, no partido. Eu tenho uma preocupação muito grande com isso. Hoje, os partidos políticos perderam muito parte de sua identidade. Eu acho que a candidatura avulsa seria, inclusive, uma alternativa para se tirar o poder da mão dos partidos políticos, porque o partido, muitas vezes, vende-se, vende-se com todo mundo, com todos os pré-candidatos lá dentro, vende as alianças políticas, vende as negociações. Ora, por que a reforma política não aconteceu até hoje? Porque os partidos políticos não têm interesse na grande reforma política e querem continuar comandando o País.

Eu tenho o pensamento de que, no dia em que as pessoas votarem em homens e mulheres honestas, independentemente dos partidos que eles tiverem... Até porque esse partido, hoje, não significa uma identidade mais, ele não consegue demonstrar uma identidade única. Eu acho que é o único caminho, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – É o contrário, exatamente o contrário do que V.Exa. está dizendo, porque, se existem tantos partidos no Brasil, é porque a legislação permite que eles sejam meras siglas de aluguel. No dia em que as pessoas forem chamadas a votar em projetos políticos expressos pelos partidos, esses partidos não vão existir. Vão existir aqueles que são partidos, que têm projetos para a sociedade e que vão convencer as pessoas de que o projeto deles é melhor do que o do outro. Aí você vai eliminar essa quantidade de partidos, que é realmente um absurdo.

Eu acho que temos que valorizar o partido político. Ele precisa ser valorizado. Não há democracia sem partidos políticos fortes. Se analisarmos a história do movimento social, sobretudo do movimento dos trabalhadores no mundo, vamos entender por que os partidos foram fundamentais e porque é que, lá nesses países,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

não existe essa coisa absurda de trinta e tantos partidos, que, às vezes, não significa nada. Eu crio um partido porque é lucrativo criar um partido.

Então, temos que fazer o contrário, temos que dar substâncias aos partidos políticos. Quando votarmos em lista partidária, vamos dar substância aos partidos políticos. E aqueles que não tiverem substância vão desaparecer do cenário político.

Essa discussão merece um aprofundamento mesmo. Pode ser que eu não tenha razão. Agora não é o momento de se fazer isso, mas eu acho que, um dia, teremos que fazer aqui uma audiência pública para debatermos profundamente a reforma política que desejamos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dois assuntos específicos trazem-me hoje a esta tribuna.

Primeiro, Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que também é um defensor dos serviços terceirizados... Nós aprovamos aqui uma lei que estabelece 4% do salário mínimo de auxílio-alimentação, o que dá em torno de 28 reais, hoje, para os servidores terceirizados do GDF.

Há uma grande resistência, apesar de algumas empresas já terem aderido... Dá em torno de 560 reais por mês... Porque o meu projeto de lei foi aprovado aqui e o Governador vetou-o, sob a alegação de que os comerciários iriam pressionar, por um valor equivalente. Mas voltou para cá; nós derrubamos e já é lei. Vai completar já dois anos.

Ficou estabelecido que os novos contratos ou as empresas que tivessem a iniciativa poderiam fazer termos aditivos, corrigindo esse auxílio-alimentação. Mas sabemos que as empresas terceirizadas não têm muito interesse em aumentar o auxílio-alimentação, Deputado Chico Vigilante, porque ele tem um caráter indenizatório. Do jeito que o GDF paga a empresa, ele tem que ir direto, com o mesmo valor, para os empregados terceirizados. Então, a empresa não aplica nenhum percentual na taxa de lucro dela sobre... Na planilha de custo dela, não se aplica nenhuma taxa e não se leva qualquer vantagem sobre esse auxílio.

Quero fazer um apelo específico, principalmente aqui na Câmara, por ter sido um Deputado que lutou... Que o governo vetou... Que voltou para cá... Derrubamos o veto e ficaram apostando sempre que o Ministério Público ia arguir a inconstitucionalidade da lei, mas já vai fazer dois anos.

Na convenção, agora, do pessoal do SLU, que tem um sindicato forte, disseram: "Tem essa lei aqui. Essa lei tem que ser cumprida." "Ah, mas pode ser que essa lei caia." "Não, mas está valendo." Eu tenho grande fé – o Deputado Chico Leite não está aqui – de que nenhum Deputado, nenhum funcionário de carreira que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

recebe mais de mil reais de auxílio-alimentação, nenhum procurador vai querer derrubar uma lei que dá apenas 560 reais de auxílio-alimentação para um terceirizado. Isso, pelo simples fato, Deputado Joe Valle, de que, quando um terceirizado da limpeza, que ganha menos de mil reais por mês, entra em um supermercado para comprar um quilo de feijão ou de arroz, ele, por ser terceirizado e por ganhar menos de mil reais, não tem abatimento nenhum. O preço do quilo de feijão ou de arroz é o mesmo que o Deputado ou qualquer outra autoridade ou servidor de carreira paga. Ele não tem nenhum abatimento por ser terceirizado e por ganhar pouco.

Esse auxílio-alimentação, Deputado Chico Vigilante – V.Exa., que é bem inteirado no assunto –, esses 560 reais, ele dá para a mulher fazer a feira. E, com aquele salário pequeno, ele vai se virar, às vezes, para comprar uma roupa para a criança, um caderno. Então, esse auxílio-alimentação dá dignidade ao servidor terceirizado.

Já fiz este apelo aqui para Deputado Wasny de Roure: vamos fazer um termo aditivo a esses contratos terceirizados, que são poucos aqui na Câmara, exatamente para valorizar a iniciativa que tem um Deputado. Ora, se existe uma lei que o próprio Executivo já está cumprindo, de dar 560 reais de auxílio-alimentação, por que a uma lei nascida nesta Casa, de um Deputado desta Casa, nós não podemos fazer um termo aditivo? Parece-me que isso daria 4 mil ou 5 mil reais a mais, por mês, apenas.

Sabemos que tantas outras despesas elevadas e tantos outros desperdícios de dinheiro público são feitos, sem se trazer qualquer benefício para qualquer ser humano. Pelo menos o auxílio-alimentação de 560 reais dá o mínimo de dignidade a um terceirizado, que, repito, ao entrar em um supermercado, não paga menos que um servidor de carreira, que um deputado ou que qualquer outra autoridade, pelos produtos.

Não acredito que haja – até por questão de humanidade – esse interesse em derrubar uma lei que apenas aumenta em duzentos e poucos reais o auxílio-alimentação de pessoas extremamente trabalhadoras e necessitadas.

Faço, portanto, este apelo mais uma vez – sei que o Deputado Wasny de Roure tem sensibilidade para isso. Os custos são praticamente insignificantes: que estendamos aos servidores terceirizados desta Casa uma lei que já existe.

É só um termo aditivo. Nenhuma empresa está ganhando um centavo, Deputada Celina Leão, com o aumento do auxílio-alimentação, porque ele tem caráter indenizatório. E, por ter caráter indenizatório, o que o órgão pagar, o mesmo valor vai diretamente para o bolso do terceirizado. É lógico que as empresas não têm muito interesse, porque elas não aplicam na planilha de custos o percentual sobre esses valores pagos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu queria parabenizar V.Exa. pela fala. Acho que é muito importante a gente fazer o nosso dever de casa aqui na Câmara Legislativa. Esta Casa precisa ter um olhar voltado não só para os servidores efetivos, mas para os terceirizados.

Sr. Presidente, se V.Exa. chegar aqui na hora do almoço, verá que essas pessoas não têm lugar para almoçar. Eles sentam no chão, pois não têm lugar para tirar o seu descanso, que às vezes é de meia hora. E isso é simples de fazer. É simples comprar umas mesas, para as pessoas comerem com dignidade. Até mesmo um micro-ondas, porque muitas vezes eles trazem alimentação de casa. Nós não temos nada para comer aqui!

Trabalhamos tanto para fora e muitas vezes nos esquecemos de fazer o nosso dever de casa aqui. Esta Casa precisa ter um olhar para o seu servidor. Não temos um restaurante! Se quisermos tomar um banho aqui, teremos que tomar banho de pia. Aqui não há um lugar para se tomar um banho! Então, esta Casa precisa ter um olhar para o seu interior.

Eu queria aproveitar a fala de V.Exa., que faz parte da Mesa Diretora também. Ficamos quatro anos sem a *TV Distrital*. Por isso é tão difícil fazer campanha na rua. Por isso os adversários que estão fora daqui falam tão mal da gente. Nem *TV Distrital* nós tivemos.

Acho que precisamos, sim, fazer o nosso dever de casa nosso, cuidar mesmo desse servidor que está aqui, ampliar o direito dele ao tíquete, dar a ele uma condição digna de trabalho. Isso, hoje, nem o servidor efetivo nem o terceirizado tem. O que estou falando é muito fácil. Passem aqui na hora do almoço e V.Exas. verão muitos deles sentados ali debaixo, no chão!

Eu queria aproveitar a fala de V.Exa. e fazer esse apelo também.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. e reafirmo que isso não é discurso nem promessa do Deputado Agaciel Maia. Existe a lei. Esta Câmara teve a coragem de derrubar o veto do próprio Governador. Posso dizer que tenho, Deputado Joe Valle, autoridade para isso. E não só quanto ao que diz respeito ao servidor efetivo, porque, quando Diretor-Geral do Senado, fiz o melhor plano de carreira do serviço público do Brasil. Não sou eu que estou dizendo isso, não. Isso foi um estudo na USP. Ao analisar todos os planos de carreira do Brasil, o do Senado foi considerado o melhor.

Também tenho autoridade para falar dos terceirizados porque, quando o auxílio-alimentação de todos os terceirizados, no GDF, nos órgãos federais, era de 9,50 reais, os terceirizados do Senado recebiam 20 reais por dia. Então, isso não é discurso nem é promessa de Deputado, não. É trabalho feito. É uma realidade.

O que nos constrange é que a Casa não está aplicando sua própria iniciativa. Ela deveria começar valorizando o trabalho do próprio Deputado. Mas não perco a esperança, não. Assim como não perco, apesar de estar desanimado, a esperança com a questão da *TV Câmara*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Montamos no Senado a primeira TV Legislativa da América Latina. Era totalmente desconhecido esse procedimento, e nós enfrentamos tudo. Sempre, para fazer a primeira, é muito mais difícil. Depois veio a *TV Câmara*. Hoje são quase oitenta TVs legislativas no Brasil. Até a Câmara Municipal de Macaíba, no Rio Grande do Norte, tem uma TV. E a Câmara Legislativa não tem. Chegam a falar para mim, Deputado Chico Vigilante: "Nisso, eu não acredito, Deputado Agaciel Maia. Você montou a TV Câmara dos Vereadores de Natal, saiu montando TV no Brasil todo, virou Deputado Distrital e não tem competência de montar uma TV? Você que sabe fazer um negócio e já fez tantas? Ou vocês estão querendo que não tenha TV para vocês se esconderem? Para que a população não acompanhe o trabalho de vocês?"

A TV é o instrumento mais democrático que a população pode ter, porque ela permite que o trabalho do Parlamentar seja avaliado no dia a dia. É um instrumento da população para a avaliação do nosso trabalho. Nós deveríamos ter um desenho de TV em que nós teríamos dois jornais, um de manhã e um à noite, com um resumo do trabalho de todos os Parlamentares, tanto nas comissões temáticas como também no plenário. Dessa forma, a população contaria com um instrumento para dizer: "O Deputado Agaciel Maia trabalhou bem, nós vamos votar nele. Não, o Deputado Agaciel Maia não trabalhou. Eu não vi ele trabalhando pela TV Câmara. Portanto, nós vamos mandá-lo para casa."

E tem mais: a televisão tem outra função importante, que é permitir que a população entenda qual é a necessidade e qual é a função da Câmara Legislativa. Deputada Celina Leão, quando nós criamos a *TV Senado*, foi realizada uma pesquisa, muitas pessoas achavam que o Senado havia sido criado em 1988, quando o Senado foi fundado em 26 de maio de 1826. Hoje, a *TV Senado* é vista no Brasil todo. Quando temos uma CPI, todo mundo sabe qual é a função de um senador, mas hoje a população de Brasília não sabe qual é a função de um deputado distrital.

A valorização do processo legislativo.

Deputado Joe Valle, nos Estados Unidos, o sistema é bicameral. Todos os seus 49 estados – com exceção de Nebraska, que só tem o Senado – têm Senado e Câmara. Os governadores daqui reclamam porque há uma Câmara, só uma Casa. Imaginem se houvesse Câmara Distrital e Senado Distrital. Nesse caso, o projeto teria que tramitar nas duas Casas. O Willemann iria ter um trabalho dobrado. Teria de existir um clone do Willemann para dar conta do Senado e da Câmara. Então, todos os 49 estados dos Estados Unidos são bicamerais a nível estadual – com exceção do Estado de Nebraska, onde só há Senado. Ou seja, para que o governador aprove os seus projetos, ele tem que passar na Câmara e depois no Senado estadual.

Assim, a TV seria um instrumento capaz de fazer com que o sujeito passasse em frente ao prédio da Câmara Legislativa e dissesse: "Nós sabemos o que cada Deputado faz aí. Sabemos que, para diminuir impostos do GDF, para aumentar impostos, isso tem que passar pela Câmara Legislativa." Redução de multas ou qualquer coisa dessa natureza depende da aprovação de projetos na Câmara, mas a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

população não conhece a função da Câmara, porque ela não tem informação. A informação que a população tem é quando acontece alguma coisa para falar mal de algum Deputado. Só há informação para desconstruir a imagem da instituição. Se tivéssemos a TV Câmara nos transmitindo, não haveria a versão dos fatos. Todos as editoriais dos jornais de Brasília estariam assistindo à TV Câmara e ninguém iria inventar nada para publicar. Iriam publicar o que realmente ocorreu, porque a população estaria assistindo em tempo real. Divulgariam o fato e não a versão dele.

Portanto, é imprescindível e necessário que criemos instrumentos de informação à população sobre as nossas atividades. Seria um instrumento democrático, mas principalmente um instrumento de avaliação. A população não tem como avaliar o trabalho do Parlamentar, porque ela não tem informação. Se perguntarem a 99 pessoas de um grupo de 100 pessoas quantas comissões temáticas existem na Câmara Legislativa e qual a importância de cada uma delas, ninguém saberá. Porque ninguém tem essa informação.

Deputado Chico Vigilante, contando com a tolerância de V.Exa. na Presidência, existe outro assunto que é de fundamental importância. Eu sei que tanto o Deputado Joe Valle, como o Deputado Dr. Michel, o Deputado Benedito Domingos e tantos outros concordam.

Praticamente, toda Brasília tem um papelzinho amarelo com multa da Agefis. É difícil você andar em algum lugar em que alguém não tenha multa da Agefis. Esse órgão do governo multa, Deputado Chico Vigilante, por omissão do próprio governo, porque não se aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Então, é uma incoerência se cobrar uma multa, quando a omissão é do próprio governo, porque, se nós já tivéssemos aprovado a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Agefis não estaria multando todo mundo. Inclusive, prédios que já estão aí há quinze, vinte anos, todos eles são ameaçados toda semana de serem fechados e para o sujeito é uma multa em cima de outra.

Eu fiz uma indicação aqui – a iniciativa é do Governador – de propor que ele faça uma remissão ou uma anistia dessas multas, porque não se pode multar alguém que não tem culpa. Nós sabemos que, no processo de construção, quase 80% das situações em Brasília não tem a regularização fundiária. Como é que se cria um órgão do governo que sai distribuindo para todo mundo um papel amarelo com uma multa? Não é certo, Deputado Dr. Michel. Não é correto, Deputado Joe Valle.

Há necessidade de que o Governador mande um decreto com esses fundamentos estabelecendo que, enquanto não for aprovada a Luos, todas as multas feitas pela Agefis serão anuladas. Se foi o próprio governo que não tomou a iniciativa de aprovar a lei que regulamenta a cidade, como é que um órgão do governo vai multar? É paradoxal, Deputado Joe Valle.

Por isso, é coerente que o Governador mande um projeto de lei complementar. Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que tem força com ele, diga a ele que nos mande o projeto, para que possamos votar para livrar o pessoal de todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

esses papeizinhos amarelos, que deixam a maioria das pessoas sem dormir. Quem sabe muitos até já morreram de infarto, porque ficaram com medo de essa multa ir para a dívida ativa e, no final, tomarem a sua casa. Vamos mandar! Vamos sossegar a cabeça dessas pessoas! O governo aprovaria a Luos e a partir daí o jogo estaria correto: aqui não pode construir ou só pode construir até o segundo andar... Então, quem fizer isso agora, vai ter multa. Aí seria coerente.

Por isso, eu quero fazer um apelo, não só do ponto de vista jurídico correto, mas também do ponto de vista humano: que o Governador Agnelo envie esse projeto de lei para que a Câmara Legislativa possa votar e anular todas essas multas que até hoje foram expedidas pela Agefis. Seria um gesto correto. Nós já votamos tanta anistia, tanta coisa, principalmente quando é de grandes grupos econômicos. Se pegarmos as anistias que vêm na proposta orçamentária todo ano, são milhões, mas alguém que construiu um quarto para um paraplégico no Mestre d'Armas em Planaltina tem uma multa da Agefis. No entanto, nós sabemos que esses grandes grupos econômicos, o poder forte, todos eles têm anistia de milhões, por iniciativa do próprio governo.

Portanto, eu queria fazer esse apelo. Eu acredito que o Governador Agnelo, como médico, humanista, pode muito bem, Deputado Chico Vigilante, com a força de V.Exa. e da Deputada Arlete Sampaio, mandar o mais rápido possível esse projeto, porque já está minutado. Nós fizemos uma indicação. Está tudo prontinho, mastigado, como diz o ditado, Deputado Dr. Michel. Está prontinho lá. É só mandar para cá para que possamos votar e dar sossego à cabeça de todas essas pessoas que têm esse papelzinho amarelo de multa da Agefis.

Eu quero agradecer a tolerância do Deputado Chico Vigilante e agradecer a todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os presentes. Eu queria iniciar a minha fala de hoje aproveitando a fala do Deputado Agaciel Maia e da Deputada Celina Leão.

Lembro que ontem eu falei sobre isto: estamos precisando muito de que se concretize a construção do paraciclo aqui na garagem. Já desde o primeiro dia, temos buscado que isso aconteça. Já estamos terminando os quatro anos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

mandato e não conseguimos ainda essa construção. Lembro ainda que, inclusive, eu me coloquei à disposição para até construí-lo com o meu salário. E continua assim, na mesma. É uma coisa tão barata e tão útil que a gente fica sem saber por que não acontece. São as burocracias e os problemas que enfrentamos no dia a dia de todo governo.

Sr. Presidente, eu queria dizer que estamos na semana do Cerrado. Amanhã é o dia do Cerrado, esse bioma tão importante para o nosso País. Esta Câmara Legislativa aprovou a lei que coloca a semana do Cerrado no calendário oficial, mas, mais que isso, o dia 11 de setembro, em que é comemorado o dia do Cerrado, é uma data e um momento propício para a reflexão sobre o desmatamento deste bioma, que detém 5% de todas as espécies do planeta e 30% da biodiversidade do Brasil e ainda possui a mais rica flora dentre as savanas do mundo, além de alimentar três aquíferos.

Mas infelizmente metade da sua vegetação já foi eliminada. Fala-se muito da Amazônia e de outros, Mata Atlântica, mas o Cerrado parece que foi, ou é, um bioma marcado para morrer em função da ocupação e da produção do agronegócio brasileiro. E nós precisamos que ele seja respeitado sem, no entanto, querer que ele não seja usado. Logicamente, sem dúvida nenhuma, dá para usá-lo de maneira sustentável. Há 28 ou 30 anos, eu pratico isso aqui no Distrito Federal.

Mais que isso, eu quero fazer aqui um apelo ao nosso Governador Agnelo para que S. Exa. não vete a Lei do Cerrado, que nós aprovamos aqui há três ou quatro semanas, porque é uma lei extremamente inovadora, construída a partir de muitas discussões nesta Casa. Ficamos dois anos discutindo essa lei e conseguimos trazê-la ao plenário, conseguimos aprová-la em primeiro e segundo turnos, passando por todas as comissões e sendo aprovadas por elas. E tenho certeza absoluta de que será um marco para o Brasil a sanção dessa lei. Esse é um pedido que eu faço, um apelo que eu faço ao governo para que não vete o projeto.

Também tivemos a oportunidade de ter um grupo estudando isso nesta Casa, o qual propõe o desmatamento zero aqui no Distrito Federal e uma série de outras medidas importantes que trabalham com o desenvolvimento ambiental, mas também com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento social, buscando realmente o conceito e o processo da sustentabilidade.

Colocamos emendas para a prevenção. Realizamos audiências públicas anuais aqui sobre a questão das queimadas, em função da qualidade do ar de Brasília, mas infelizmente não conseguimos achar repercussão na direção dos órgãos ambientais aqui no Distrito Federal. Colocamos as emendas para a prevenção de fogo, prevenção de incêndios principalmente, e as emendas não foram executadas. Atualmente estamos vendo o que está acontecendo aqui em Brasília. Brasília está queimando! O Cerrado está todo queimando!

Então eu vejo que há que se colocar a questão ambiental na pauta dos governos, não só desse, mas de todos os demais. Essa é uma questão que precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

vir porque ela é de fundamental importância para que consigamos continuar sobrevivendo nesta cidade.

Eu queria fazer esse apelo, porque o projeto de lei estabelece normais gerais para a conservação e o uso sustentável da vegetação nativa do Distrito Federal em equilíbrio com o desenvolvimento social e econômico. Eu vou lê-lo rapidamente, porque ele define as seguintes diretrizes: manutenção e recuperação da biodiversidade, da vegetação nativa e fauna; proteção e recuperação dos recursos hídricos, garantia da manutenção das Áreas de Proteção de Manancial – APM e das áreas de interesse ambiental; fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico do cerrado; formação de corredores ecológicos com a macrozona de proteção integral de forma a garantir o equilíbrio ecológico da paisagem do Distrito Federal; proteção das áreas permanentes, dos mananciais, das bordas de chapadas, encostas, fundos de vales e outras áreas de vulnerabilidade ambiental; recuperação de áreas degradadas por meio do enriquecimento ecológico, principalmente em Áreas de Preservação Permanente e APM; instituição de instrumentos econômicos e técnicos destinados à promoção, conservação, preservação, recuperação e gestão da vegetação nativa do bioma Cerrado no Distrito Federal – quero lembrar e ressaltar o programa Produtor de Água, que já paga por serviços ambientais na Bacia do Rio Preto, local onde temos condições, e já está acontecendo, onde o programa já está implantado para que se produza água, para que se tenham condições de, sem barramento, conseguir usar a água daquela região para abastecer Planaltina –; garantia da demarcação e conservação das reservas legais das propriedades e posses rurais de domínio privado na forma da legislação vigente; estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação nativa e à sensibilização pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas; controle de impermeabilização do solo de forma a manter a capacidade de infiltração e de recarga dos aquíferos.

Aqui eu quero fazer uma observação sobre a questão da LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo, do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Enquanto não tivermos o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE desta cidade, fica muito delicado se aprovar uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, é uma inversão de valores. Há uma concordância do PDT em não votarmos, estarmos em obstrução de qualquer projeto que envolva questão de planejamento urbano nesta Casa, enquanto o ZEE não estiver aqui para ser votado. Eu sei – e temos acompanhado na Codeplan, no Ibram, em todos os órgãos – que ele está sendo finalizado, mas essa finalização já dura quatro anos.

Então essas lógicas, esses trabalhos, uma coisa tão importante para a nossa cidade não pode ser tratada dessa forma. É impressionante como as pessoas não dão valor a isso, como os governos não dão valor a isso. Enquanto não tivermos esse tipo de valorização, esse tipo de atenção, esse tipo de importância para o que é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   09   2014	15h	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

importante, vamos continuar nesse desequilíbrio e nessa total exclusão em que vivemos e que vivenciamos todos os dias na nossa Capital da República.

Sr. Presidente, muito obrigado, era isso o que eu tinha para falar. Espero que possamos comemorar o Dia do Cerrado com a sanção da Lei do Cerrado pelo Governador.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Eu abro mão de falar.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h18min.)